

REQUERIMENTO Nº , DE 2002
(Do Sr. Nelo Rodolfo)

Requer seja solicitada ao Tribunal de Contas da União auditoria para apurar possíveis irregularidades no fornecimento de fardamento para o Exército Brasileiro pelas, empresas Power Brands e Dismaf.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União auditoria para apurar possíveis irregularidades no fornecimento de fardamento para o Exército Brasileiro, pelas empresas Power Brands e Dismaf.

JUSTIFICAÇÃO

No ano de 1999, o Comando do Exército abriu licitação para a aquisição de fardamento para a corporação. A empresa paranaense *Power Brands*, vencedora da licitação, foi posteriormente acusada de importação irregular e de falsificação de documentos da Receita Federal.

O contrato assinado pela empresa com o Exército, no valor de R\$ 6 milhões, reza que as fardas deveriam ser fabricadas no Brasil. Entretanto, as mesmas foram trazidas da China em uma importação cercada de irregularidades.

A fraude, segundo denúncia publicada na revista *Época* desta semana, foi descoberta depois da apreensão pela Receita de contêineres no Porto de Paranaguá. Entre as irregularidades, aponta a revista, os fiscais descobriram a falsificação de documento supostamente assinado pelo secretário da Receita Everardo Maciel, para acelerar a liberação das mercadorias. A empresa foi multada em R\$ 1 milhão pela Receita e ficou impedida, por um ano, de negociar com o Exército.

Entretanto os irmãos Basile e Alexandre Pantazis, proprietários da empresa, voltaram à cena em agosto de 2001 com uma nova empresa, a Dismaf. Com ela, venceram outra concorrência do Exército, desta vez para o fornecimento de boinas, jaquetas, mantas e blusas, no valor de R\$ 4,5 milhões. Em 10 de janeiro os fiscais da Receita apreenderam cinco contêineres com o material, novamente devido a suspeitas na importação. Os contêineres foram liberados 45 dias depois graças a um mandado de segurança, mas as investigações sobre a Dismaf e seus sócios continuam.

A auditoria do Tribunal de Contas da União esclarecerá, de vez, qualquer indício de irregularidade e impedirá que fatos semelhantes voltem a ocorrer.

Espero poder contar com o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, de março de 2002

Deputado Nelo Rodolfo
PMDB/SP